

USOS E ABUSOS DAS MATAS: administração e controle das madeiras na comarca das Alagoas (1789-1799)

Uses and abuse of forests: management and control of wood in the country in Alagoas
(1789-1799)

Felipe dos Santos Silva¹

Artigo recebido em: 24/07/2020.

Artigo aceito em: 16/12/2020.

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo analisar a criação da Conservadoria das Matas de Alagoas, a atuação de José de Mendonça de Matos Moreira como juiz conservador entre os anos de 1789-1799 e os conflitos que envolveram diretamente o controle do espaço natural das matas. As fontes utilizadas foram documentos gerados pela administração portuguesa, todos localizados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), disponíveis na plataforma digital do projeto resgate. A partir dos indícios contidos nos registros propõe-se compreender os conflitos que envolveram as matas da Comarca nas tramas políticas que cruzavam o Atlântico, rejeitando qualquer canonização regionalista como proposta exclusiva de explicação da região.

PALAVRAS-CHAVE: Conservadoria das Matas, Administração colonial, Alagoas, José de Mendonça de Matos Moreira.

ABSTRACT

This article aims to analyze the creation of the Conservatório das Matas de Alagoas, the performance of José de Mendonça de Matos Moreira as a conservative judge between the years 1789-1799 and the conflicts that directly involved the control of the natural space of the forests. The sources used were documents generated by the Portuguese administration, all located in the Overseas Historical Archive (AHU), available on the digital platform of the rescue project. Based on the evidence contained in the records, it is proposed to understand the conflicts that involved the Comarca forests in the political plots that crossed the Atlantic, rejecting any regionalist canonization as an exclusive proposal to explain the region.

KEYWORDS: Conservation of Woods, colonial administration, Alagoas, José de Mendonça de Matos Moreira.

¹ Formado em História pela Universidade Federal de Alagoas. Atualmente é aluno regular do Programa de Pós-graduação na mesma instituição (PPGH-UFAL) onde desenvolve pesquisas na linha da História Social, bolsista CAPES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5235227004413172>. E-mail: flalipe23@gmail.com

1. Introdução

É possível, em história, desvincular os sujeitos do espaço? Essa pergunta pode ser feita de maneira mais abrangente: é possível desvincular as práticas sociais do espaço? Raramente essas perguntas são feitas na maioria das pesquisas que se situam no campo de saber historiográfico. Apesar do espaço constituir uma das dimensões fundamentais da historiografia pouco se reflete como ele possibilita certas interpretações do passado. O espaço, a região, o território ou lugar são conceitos capturados pela operação historiográfica e usados constantemente como referenciais físicos, estáticos, cartesianos, algo dado e concreto do passado.

Nesse sentido é importante destacar que o espaço e as suas metáforas de significância², antes de mais nada é uma construção social; é uma invenção dos sujeitos que disputam e se apropriam dele constantemente. Nas palavras de Antônio Carlos Moraes “por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o universo complexo da cultura, da política e das ideologias”. (Moraes, 2005, p. 16).

A história das matas da Comarca das Alagoas do final do século XVIII, objeto de discussão desse artigo, é um exemplo interessante para perceber a relevância da historicização do espaço enquanto elemento fundamental na construção do saber historiográfico; destacando as tramas políticas que ampliou ou diminuiu fronteiras; que estabeleceu administrações e regimentos no intuito de organizar jurisdições, um certo ordenamento social.

Foi a partir de 1787 quando D. Tomás José de Melo assumiu o posto de governador da Capitania de Pernambuco que os debates administrativos sobre o controle das matas se intensificaram. Em 1789 o dito governador expediu um edital que formalizou a criação das Conservadorias das Matas das Comarcas de Alagoas,

² Esse termo foi usado por Michel Foucault para designar as várias formas de organização do espaço. Para acompanhar esse debate veja: FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: *Microfísica do poder* 13^o. ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

Recife e Paraíba, todas subordinadas ao governo. Os juízes conservadores, principais responsáveis pelo funcionamento da Conservadoria, tinham por objetivo administrar as matas. A função da Conservadoria das Matas foi a de demarcar e fiscalizar as matas, impedindo a ação de qualquer súdito que não fosse autorizado pela Coroa. Ou seja, garantir que as matas fossem do uso exclusivo da Coroa portuguesa. Em Alagoas o responsável por administrar a Conservadoria das Matas foi o ouvidor geral da Comarca, José de Mendonça de Matos Moreira.

As cartas trocadas entre o ouvidor Matos Moreira e o governador D. Tomás José de Melo, assim como as correspondências de ambos endereçadas a Secretária de Estado e Negócios Ultramarinos, apontam a existências de conflitos que envolveu a posse e o usufruto do espaço. As matas foram amplamente disputadas por diversas facções socioeconômicas como os agricultores pobres e livres das matas, os senhores de engenho e a Coroa portuguesa. Dessa maneira, a partir desses conflitos busca-se fazer uma leitura da construção espacial das matas e entender como a Coroa portuguesa se relacionou com a natureza através de seus funcionários.

Para entender melhor essa dinâmica busca-se deslocar a Comarca das Alagoas de uma história regional, que muitas vezes é explicada por postulados locais, restrita aos movimentos e fluxos externos. Dessa maneira, a partir desse deslocamento é possível restabelecer Alagoas em outro patamar, inseri-la como espaço constituinte de um império, com tramas e retramas políticas locais, mas ao mesmo tempo sempre suscetível as decisões emanadas do centro decisório do poder institucional.

A documentação que será utilizada neste artigo são relatórios, ofícios, editais e cartas trocadas entre os funcionários da administração real. Essa documentação encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino, disponível online através do projeto resgate³. Por meio delas é possível perceber como o espaço da administração portuguesa, em fins do século XVIII, passou a se expandir em direção as matas, como

³ Link para consulta do acervo documental utilizado: <<http://resgate.bn.br/DocReader/DocMultiMobile.aspx?bib=resgate&pasta=&pagfis=&pesq=>>>

o mundo das criaturas brutas passaram a fazer parte da expansão do domínio colonial e, sobretudo, como as matas tornou-se uma região; um espaço regido.

2. A Conservadoria das Matas: tramas e retramas do espaço.

No final do século XVIII, especificamente em 1787, se iniciou em Pernambuco uma atuação maior dos agentes da Coroa em prol do domínio das áreas onde existiam matas. O intuito desse controle foi o de promover através da exploração vegetal o aumento no saldo dos cofres régio e a promoção da indústria naval e imobiliária da Coroa. Na Comarca das Alagoas esse debate rendeu conflitos que tiveram como questão principal o domínio do espaço.

Uma obra bastante utilizada pelos historiadores que pretendem estudar o espaço das matas Comarca das Alagoas é o livro de Dirceu Lindoso chamado “Utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do tomo real” (2005). Apesar de Dirceu Lindoso nesse estar preocupado com o movimento da Cabanada na primeira metade do século XIX, o autor não deixou de descrever as matas buscando evidências documentais do final do século XVIII. Isso fez com que o autor tivesse que lidar com uma documentação gerada pela burocracia lusitana.

Para dar destaque a área em que se desdobrou vários conflitos entre os Cabanos e a elite senhorial o autor buscou perfilar o espaço selvagem, inculco da presença colonizadora, dando ênfase aos povos das matas que utilizavam dos recursos naturais de maneira comunal, vivendo dos excedentes da natureza. A narrativa de Dirceu Lindoso encontrou ancoradouro no relatório produzido em 1774 pelo governador da Capitania de Pernambuco José César de Menezes (Lindoso, 2005, p. 73).

A partir das considerações feitas pelo governador no referido ano Dirceu Lindoso “reconstituiu” o que foram as matas norte da Comarca das Alagoas no final do século XVIII. Nas palavras do autor,

o relatório de 1774 fala com entusiasmo da abundância de toda a diversidade de peixes brancos e pretos, de caranguejos e mariscos, nos rios que correm nas cercanias dos salgados marinhos, no cordão da costa norte do mar de Alagoas; e da riqueza das madeiras de lei das matas. Eram cedros, sapucaias, sucupiras ou sicupiras, louros, paus d'arco e amarelo, jurubus e copaibas ou cupaúbas. E aponta quatro rios maiores que regavam as matas, escorriam pelos vales úmidos e baixos, e chegavam à costaneira do mar: o Pirassinunga ou Persinunga, o Manguaba, o Tituamunha ou Tatuamunha, o Camaragibe e o Santo Antônio Grande. (Lindoso, 2005, p. 73).

As matas foram tratadas por Dirceu Lindoso como um espaço de ação do povo livre que vivia em oposição ao modelo senhorial e escravistas dos engenhos. Na perspectiva do autor as florestas cumpriram funções essenciais para os povos que viviam nela: fornecia abrigo e alimentação. Apesar de descrever detalhadamente aspectos físicos da geografia norte da Comarca e depois Província das Alagoas, o espaço continuou sendo limitado a um tabuleiro para os desdobramentos dos conflitos sociais. Sendo assim, não configurando uma engrenagem intrínseca desses conflitos.

Essa passividade sobre as matas foi questionada indiretamente pela historiadora Juliana Alves de Andrade em 2006 com a pesquisa de mestrado intitulada “A Mata em Movimento: Coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço da Mata norte de Alagoas”. Observando o estabelecimento dos roçados, da configuração social dos povos das matas e os usos da terra, a autora reservou um capítulo para destacar a atuação de José de Mendonça e o surgimento da Conservadoria das Matas, o qual ela intitulou de “a burocratização das matas”.

Ao analisar as disputas políticas que envolveram as matas da Comarca das Alagoas a autora levantou hipóteses acerca da produção do espaço das matas. Destacando a criação da Conservadoria das Matas Juliana Andrade enfatizou as correlações de força que incidiram sobre as áreas de florestas partir de tensões políticas entre os segmentos sociais locais e a Coroa portuguesa. Nas palavras da autora, a Conservadoria das Matas funcionou como

um mecanismo de poder de alianças políticas e econômicas entre a Coroa portuguesa e os proprietários de terras da Capitania de Pernambuco, para produzirem medidas que dificultassem a entrada de homens pobres livres

nestes terrenos de matas, uma vez que as árvores pertenciam ao rei, mas a terra era usada pelos senhores. (ANDRADE, 2006, p. 73).

Essa reflexão leva a compreensão, portanto, de que o espaço das matas alagoanas no final do século XVIII foi o motor de tensões políticas envolvendo uma série de interesses novos e antigos. A busca da Coroa pelo monopólio, os construtores de embarcações que utilizavam as madeiras da Comarca, os senhores de engenho e os agricultores de todos os segmentos sociais disputaram as matas palmo a palmo. A terra e as madeiras constituíam os principais elementos estruturantes da exploração colonial: a terra para produção agrícola e as madeiras para produção das embarcações e de lenha para os engenhos.

A região como metáfora de significância do espaço pode ser a noção analítica mais próxima dos embates que envolveram as matas no final do século XVIII. Michel Foucault em “Microfísica do poder” (1998) destaca que a região é “uma noção fiscal, administrativa, militar”. (Foucault, 1998, p. 157). A existência da Comarca é um exemplo prático da ordenação do espaço; a Comarca é antes de mais nada um espaço sob jurisdição de um ouvidor, responsável por impor uma norma, o direito, um estatuto regimental que contorne a geografia e estabeleça uma administração.

Essa noção foi bem esboçada por Durval Muniz de Albuquerque Junior em “O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região” (2008). Em sua análise Durval Muniz de Albuquerque diz que,

A região é um espaço sob um dado comando, sob um dado domínio, um espaço regido por alguém, governado por alguma força, a demarcação de um espaço sob controle, um espaço em que se exerce uma soberania, em que se estabelece uma dominação após uma vitória sobre um oponente: a região é espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares. (Albuquerque, 2008, p. 57).

Entre as disputas que envolviam o espaço pode se dizer que a criação da Conservadoria das Matas foi um esforço da Coroa portuguesa em promover a exploração da natureza. Embalados pelas ideias científicas das reformas ilustradas do final do século XVIII, os funcionários régios, sobretudo os governadores e ouvidores, inventariaram constantemente o mundo natural. No final do setecentos o governo dos recursos naturais tornou-se um dos principais elementos constituintes das barganhas políticas entre os súditos e a majestade, como demonstra Ronald Raminelli em “Viagens Ultramarina: monarcas, vassallos e governo a distância” (2008).

As tramas políticas que ocorreram nas matas da Comarca das Alagoas em finais do século XVIII também se configuram pelos usos dos espaços. Com a incrementação das ciências naturais no currículo dos estudantes a partir da reforma da Universidade de Coimbra em 1772, houve consequentemente uma ampliação das fronteiras administrativas da burocracia colonial. A administração aos poucos foi deixando de estar restrita apenas aos núcleos populacionais e foi se expandindo em direção ao mundo natural, atribuindo um significado político e econômico. Portanto, para compreender de maneira mais detida os aspectos das tramas que incidiram sobre o mundo natural da Comarca das Alagoas, é preciso realizar uma historicização da Conservadoria das Matas.

3. A ciência e a dominação do espaço natural.

Para entrar no debate sobre a criação da Conservadoria das Matas cabem algumas perguntas relativamente simples e que até agora em nenhuma pesquisa foi feita: por que, em fins do século XVIII, José de Mendonça propôs criar uma instituição que controlasse e regulasse as matas? Quais foram os interesses do ouvidor da Comarca das Alagoas? Feito isso, o procedimento é ampliar o leque de possibilidades de interpretação dos processos que incidiram e forçaram a regulamentação do uso exclusivo das matas.

José Augusto Pádua no seu livro “Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888”, percorreu os debates e visões elaborados pelos cientistas luso-brasileiros sobre a natureza, sobretudo, a importância política e econômica do ambiente natural. Uma das reflexões realizadas pelo autor destacou o lugar que Portugal ocupou no conhecimento dos recursos naturais e conclui que,

Nesse ponto, igualmente, o mundo lusitano estava em atraso. Desde o século XVI estava sendo publicados na Europa inventários da utilidade de minerais, vegetais e animais encontrado ao redor do mundo, especialmente nas colônias asiáticas. Do riquíssimo território brasileiro, ao contrário, pouco se conhecia de sistemático, já que as informações desagregadas e inexata dos cronistas estavam muito aquém do que seria necessário. (PÁDUA, 2004, pp. 40-41).

No século XVIII Portugal e Brasil passaram por transformações nas políticas de controle e uso exclusivo das matas. Com a penetração de novas ideias no campo da educação dos agentes políticos do setecentos, o fomento a ciência ganhou contornos significativos. Para nortear um ponto de partida, diga-se de passagem estrutural, da política lusitana sobre o ambiente natural, destacam-se as reformas pombalinas de instrução e a criação da Academia de Ciências de Lisboa.

Com o início da política pombalina e através da reforma da educação os novos ingressantes dos circuitos educacionais começaram a ter contato com novas orientações nas suas formações. Tratando do Seminário de Olinda e as estratégias da reforma de instrução, o historiador Guilherme Pereira das Neves apontou os embates sobre os domínios do ensino. A reforma tinha por característica a derrubada do monopólio jesuíta de ensino escolástico, baseado numa retórica de elementos morais e ocultos, que se principiava, por assim dizer, na religião. Por outro lado, esse conteúdo regressivo no ponto de vista do Marquês de Pombal devia ser substituído por outro; uma orientação de cunho racional e pragmática, no sentido de promover funcionários mais eficientes para os cargos administrativos. Para Neves:

Cumpria substituí-la por outros instrumentos mentais, capazes de potencializar o efeito de intervenção da coroa na realidade imanente. E esses instrumentos nasceram como razão secularizada, pedagogicamente simbolizada pelo prestígio renovado da geometria, associado à relevância

que adquiriram as ciências físicas e naturais, mas também as diversas modalidades de práticas administrativas e da reflexão sobre a arte de governar. (NEVES, 1998, p.1712).

Além de uma preparação mais objetiva dos agentes administrativos, a reforma de instrução incrementou novas áreas do conhecimento “associado à relevância que adquiriram as ciências físicas e naturais”. Sendo assim, pode-se afirmar que os primeiros passos da reforma pombalina de instrução tinham por objetivo implementar uma nova orientação nos estudantes, de cunho racional e pragmático. A chegada de novos modelos de investigação, especificamente das ciências naturais, ensaiava uma ação sistemática da Coroa pelo ímpeto de governar o espaço vegetativo lusitano e das suas possessões no além-mar.

Imerso numa série de fatores que declinaram a arrecadação metropolitana, como a baixa nas remessas de ouro, as demandas com a Guerra dos Sete Anos e o terremoto de Lisboa, o cenário lusitano em que o ministério do Marquês de Pombal estava inserido favoreceu suas políticas de cunho centralizador; não só um desejo de reorganização econômica com o fortalecimento das relações entre metrópole e colônia, mas também sociocultural, na medida em que suas diretrizes abalaram momentaneamente estruturas até então hegemônicas na sociedade colonial, como foi o exemplo do ensino jesuítico.

Com a morte de D. José I em 1777 e a ascensão de D. Maria I ao trono, as diretrizes do governo mariano não negligenciaram as medidas anteriores, reforçaram mais ainda a ideia de uma instrução racional capaz de compreender de forma mais sistemática os recursos naturais que Portugal poderia se valer em termos econômicos. Em 1779, dois anos após a queda do Marquês de Pombal, foi criada a Academia de Ciências de Lisboa.

Com um projeto mais concreto a respeito do conhecimento da natureza, a Academia organizou as viagens dos cientistas pelo Brasil. As viagens tinham por característica o reconhecimento, a catalogação das várias espécies existentes nas possessões e, posteriormente, o envio das amostras coletadas ao reino. O estudos foram baseados na mineralogia, botânica e a cartografia, capazes de ofertar um arsenal

teórico no modo de atribuir utilidades aos produtos oriundos da natureza. Sobre o intuito desses estudos, segue a reflexão de Oswaldo Munteal Filho:

Havia, no entanto, um interesse por essas esferas do saber e, sobretudo, pelos resultados que poderiam ser alcançados através do conhecimento da natureza colonial, por meio da observação, do cálculo diferencial, das leis básicas que governam o movimento dos corpos, da crença do efeito potencializador da pesquisa no âmbito da história natural e no papel do raciocínio da experiência e da utilidade como alavancas do progresso material do Reino e dos seus domínios (MUNTEAL, 2001, p. 497).

O campo científico, dito isto, pode ser percebido como instrumento apropriado pela Coroa para realizar o conhecimento das “novas” potencialidades no decorrer da década de 1780. No entanto a ciência não se limitou apenas aos letrados associados a Academia das Ciências de Lisboa; ela se espalhou pelos ramos da administração ultramarina para, na década final do setecentos, torna-se um elemento bastante utilizado nas trocas de favores entre a Coroa e seus oficiais, com destaque pujante dos letrados.

Foi nessa conjuntura, muito antes de 1798, ano da criação da Conservadoria, que os debates sobre os usos dos recursos naturais começaram a ganhar força na política lusitana. Não seria curioso ou absurdo, desvincular José de Mendonça de um projeto político maior. Muito antes da elaboração das suas alianças para buscar a chefia da Conservadoria das Matas, o governador da Capitania de Pernambuco havia sido acionado por Martinho de Melo e Castro para executar o reconhecimento das matas e depois relatar o que nelas existiam.

4. As matas da Comarca das Alagoas sob o olhar da Coroa.

No Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) é possível encontrar uma série de cartas enviadas do governador Tomás José de Melo para o Secretário do Ultramar Martinho de Melo e Castro. Entre essas cartas é possível interceptar uma intensa troca de informações sobre o espaço vegetativo e as possibilidades de extrair das matas da

Capitania as madeiras para abastecer os estaleiros onde se construía as embarcações da Coroa.

Em ofício do dia 4 de março de 1788, D. Tomás enviou a Martinho de Melo e Castro os “mapas e amostras das plantas e raízes medicinais utilizadas na Comarca das Alagoas”. O conteúdo do ofício informava as plantas existentes e como manipulá-las com outros elementos afim de sanar enfermidades. Uma delas, por exemplo, é a conhecida jurubeba. Nas informações remetidas dizia o governador:

Jurubeba tanto a raiz como a fruta desta erva é geralmente útil o seu cozimento fervido com açúcar para todas as moléstias crônicas cura hidropezias e todas as obstruções de [feitiços?] do peito tosses e toda a qualidade de postema interna, e facilita a urina porém seu uso para se conseguirem todos esses efeitos deve ser muito continuado⁴.

Outra erva destacada foi a paiaconha branca cujo “seu cozimento com açúcar cura todas as febres e calores internos”. Nas instruções sobre as plantas e suas utilidades, D. Tomás deixou explícito o seu interesse ao enviar as amostras quando disse que, “Vossa Excelência possa fazer as provas e experiências que lhe deixa a sua alta compreensão e ver se poderá o reino tirar utilidade das plantas que a Providência cria nesta conquista”. Ao reino, desse modo, caberia perceber se poderia tirar ou não utilidade do que havia na Comarca.

Um ano depois, em 1789, o governador expediu um edital contendo normas de restrição na exploração das madeiras existentes na Capitania. Segundo D. Tomás: “Pelo que mando que da publicação deste em diante se suspendam geralmente todos os cortes de madeiras de construção, em que presentemente se trabalha em benefício particulares, e que nenhuma pessoa nas matas do Rio Grande, Paraíba, Goiana, Ipojuca, Serinhaem, Una e Alagoas”⁵.

Para que melhor fossem aplicadas as diretrizes sobre o controle do mundo natural o governador deixou a cabo dos ouvidores das Comarcas da Capitania pernambucana a responsabilidade da “guarda e conservação das matas”. A título de

⁴ AHU, PE, cx. 162, doc. 11625.

⁵ AHU, PE, cx. 192, doc.13225.

exemplo, na Capitania da Bahia, a qual fazia divisa com a Comarca das Alagoas, Henrique Dias demonstrou o processo de governação dos recursos vegetativos. Em sua análise sobre a Comarca de Ilhéus o autor identificou os cargos administrativos e a quem competia o trato com as matas. No começo do século XVIII Dias destacou que:

[...] a administração ficava por conta de quatro funcionários: um administrador da feitoria, este indicado pelo governador, um escrivão, um mestre carpinteiro e um tesoureiro. Pelo que informa Domingos Alves Branco Muniz Barreto, a inspeção dos cortes passou a ser feita pelo comandante do presídio do Morro de São Paulo, isto até a extinção da capitania hereditária, em 1761. Daí em diante, aquela gerencia virou atribuição dos ouvidores da então comarca de Ilhéus. (DIAS, 2011, p. 217).

A partir da conclusão do autor, se pode perceber que ao longo do século XVIII havia um acúmulo de experiência tanto da Coroa quanto dos oficiais lotados na Comarca de Ilhéus a respeito da administração das matas. Esse fator não pode ser negligenciado como elemento que pode ter influenciado o governador de Pernambuco na elaboração de um plano para administrar as matas.

Na publicação do edital, em 1789, o governador destacou enfaticamente uma portaria que recebeu da Secretaria dos Negócios Ultramarino para, “[...] recomendar a Vossa Mercê [José de Mendonça] a continuação do já mencionado exame”, sobre as matas e sua utilidade. Após as ressalvas sobre as exigências do reino, D. Tomás José de Melo atribuiu a José de Mendonça de Matos Moreira o cargo de juiz conservador das matas da Comarca das Alagoas. Dessa maneira D. Tomás o encarregou de

[...] fazer da execução o edital junto em que deve proibir os cortes das madeiras de construção que podem servir para embarcações de guerra, as quais da publicação dele em diante ficarão sendo defesas, e reservadas inteiramente para o Real Serviço; e por bem do mesmo nomeio Vossa Mercê como um Conservador de todas as Matas da sua Comarca⁶.

⁶ AHU, PE, cx. 192, doc.13225.

Perfilando a função do juiz conservador, ao qual caberia acautelar as derrubadas dos particulares e de fornecer exclusivamente as madeiras para Coroa, o governador informou como José de Mendonça seria auxiliado na sua nova atribuição. Segue D. Tomás dizendo:

E no caso de virem a ser preciso criarem-se alguns guardas, homens que se compõem unicamente em vigiar, e defender as Matas de que forem encarregados, ou por ficarem estas mui remotas, e distantes de povoado, ou para serem assim mais bem guardadas e impedidas, Vossa Mercê informado de sua fidelidade, diligência e capacidade os propora para Eu os prover pela Secretaria deste Governo, e lhes arbitraré o Salário com que devem servir, segundo o trabalho a que forem obrigados, para com mais zelo se aplicarem a cumprir⁷.

A ideia de D. Tomás foi de preencher as matas de informantes sob domínio de José de Mendonça para obter uma eficácia maior no controle do espaço. As despesas dos guardas seriam retiradas da Secretária do Governo da Capitania de Pernambuco. Dessa maneira tanto José de Mendonça como os oficiais que o auxiliaria na nova investida estiveram diretamente ligados ao governo de Pernambuco. Nos anos finais da década de 1790 esse panorama modificou. Nesse período na Comarca das Alagoas constituíram-se forças que passaram a ignorar a mediação do governador na gerência da natureza e começaram a estabelecer contato direto com o novo secretário de Estado e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

5. A Conservadoria das Matas e o monopólio das madeiras.

Em 1796 o dito ouvidor passou a manter contato direto com D. Rodrigo de Sousa Coutinho. O intuito das correspondências foi a formalização da Conservadoria das Matas através da administração metropolitana. Para isso o ouvidor contou com as forças políticas existentes na Comarca; essa aliança foi feita com a governança local, por intermédio das câmaras municipais.

⁷ AHU, PE, cx. 192, doc.13225.

Atalaia, Porto Calvo, Santa Maria Magdalena das Alagoas do Sul e Penedo compunham o espaço da Comarca das Alagoas em fins do século XVIII. Três das quatro câmaras, ficando de fora apenas Penedo, enviaram ofício a D. Rodrigo informando a situação das matas e o quão era necessário que José de Mendonça ocupasse o cargo de juiz conservador das matas. Aos 20 de setembro de 1796 os camarários de Atalaia escreveram: “Ouvidor Geral desta Comarca José de Mendonça de Matos Moreira, Ministro o mais capaz e hábil para servir o dito lugar por ter ele nesta matéria os maiores conhecimentos com prudência para regular e criar este novo estabelecimento”⁸.

Os oficiais das câmaras de Porto Calvo e Santa Maria Magdalena das Alagoas do Sul seguiram a mesma linha. Em 30 de setembro de 1796 os oficiais da câmara de Porto Calvo também escreveram que: “[...] este Ministro possui os mais complexos conhecimentos em todas estas matérias, adquiridos na prática de tão laboriosos serviços, de que tem sido encarregado, em todo o tempo do Seu lugar para a sua Majestade, como o tem mostrado na pronta remeça de todas as Madeiras, que se fazem precisas”⁹. No mesmo dia foi enviado o ofício da câmara de Santa Maria Magdalena das Alagoas, dizendo que, “ouvidor geral desta Comarca José de Mendonça de Mattos Moreira, por possuir o dito Ministro em todas estas matérias os mais completos conhecimentos, adquiridos no laborioso exercício que tem tido na administração”¹⁰.

Os camarários em seus discursos imprimiram uma imagem de decadência dos recursos naturais cuja necessidade de controlar o espaço vegetativo era um dever da Coroa e dos seus súditos. Frente a necessidade de acautelar as atividades de devastação realizadas no interior das matas da Comarca, indicaram de modo consoante José de Mendonça como sujeito capaz para administrar as florestas. Dessa maneira, em 1799 a Coroa portuguesa ouviu as súplicas das câmaras e do ouvidor e formalizou a Conservadoria das Matas.

⁸ AHU, AL, av. Cx. 03. doc. 248.

⁹ AHU, AL, av. Cx. 03. doc. 249.

¹⁰ AHU, AL, av. Cx. 03. doc. 250.

Antes da Conservadoria entrar em vigor, ou melhor dizendo, antes das tentativas de monopolização das madeiras por parte dos funcionários da Coroa alocados em Pernambuco, os cortes das árvores eram feitos por mestres de machados, ou carpinteiros de machado, como aponta Henrique Nelson da Silva. Segundo o autor essa configuração se desenvolveu ao ponto de, “No porto, o responsável por receber essas madeiras cortadas pelos oficiais de carpinteiros de machado era justamente o mestre carpinteiro da ribeira, que mediava o comércio do produto em Recife e as vezes ele mesmo comerciava o produto”. (SILVA, 2018, p. 124-125).

Dessa maneira os mestres de machado, subordinados muitas vezes aos mestres carpinteiros da ribeira, faziam incursões nas matas para cortar madeiras apropriadas para construção de embarcações, encomendadas quer seja por particulares ou pela própria Coroa. Com a criação da Conservadoria o poder régio não só buscou demarcar as matas para si, como de igual maneira tentou cortar os laços com os serviços de terceiros, onde quem passou a executar a tarefa de inspecionar e enviar os cortes de madeiras para os estaleiros foi o juiz conservador das matas. Este, por sua vez, subordinado diretamente ao poder régio.

Cabia aos governadores de Pernambuco e Bahia encomendar as ditas madeiras ao juiz conservador José de Mendonça de Matos Moreira e, daí, competia ao mesmo enviar as remessas encomendadas para abastecer os estaleiros localizados nas duas Capitâneas.

Indo além, é possível perceber que a Conservadoria das Matas entre o final do século XVIII e início do XIX cumpriu o papel de instituição mantenedora do comércio das madeiras na localidade e no mercado Atlântico, uma vez que as rotas comerciais do pau-brasil ultrapassavam os limites americanos e ganhavam rotas longínquas, como por exemplo o abastecimento do mercado de tintas do oriente¹¹.

¹¹ As pesquisas de Thiago Alves Dias demonstram como as madeiras de Pernambuco ganhavam as rotas comerciais no Atlântico. DIAS, Thiago Alves. O negócio do pau-brasil, a sociedade Purry, Mellish and Devisme e o mercado global de corantes: escalas mercantis, instituições e agentes ultramarinos no século XVIII. In: **rev. hist.** (São Paulo), n.177, ano, 2018. DIAS, Thiago Alves. **Monopólio indireto: colonização no Norte do Estado do Brasil (c. 1710-c.1780)**. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

Além do pau-brasil, as espécies arbóreas que existiam na Comarca tinham valor significativo para indústria naval. A sucupira, pau-amarelo, cedro, vinhático entre outras foram consideradas pelos construtores como madeiras de qualidades indispensáveis para fabricação de navios. Nesse sentido a função da Conservadoria das Matas foi de gerenciar o fornecimento de vegetais especializados para os estaleiros.

A Conservadoria das Matas atendeu em grande medida as encomendas de madeiras realizadas pelos governadores da Bahia e Pernambuco. A demanda desses oficiais para abastecer os estaleiros exigia quantidades significativa de madeiras. Em agosto de 1796 D. Fernando José Portugal, governador da Capitania da Bahia havia encomendado “ao Doutor Desembargador e Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca Jose de Mendonca de Matos Moreira mil e quinhentos paus de Construção”¹², cujo destino atendia a fabricação de uma nau de setenta e quatro peças encomendada pela rainha.

No mesmo mês e ano o governador da Capitania de Pernambuco D. Tomás José de Melo exigiu uma quantidade quatro vezes maior que José Portugal. Dessa maneira, cumpriu ao “ao dito Ministro mandar construir nesta Comarca a quantia de seis mil e quatrocentos e vinte e cinco paus para a construção de três naus uma de cento e dez peças, outra de setenta e quatro, e outra de setenta e quatro”.

O que ocorreu com essas duas Capitânicas estratégicas nas carreiras Atlânticas que em finais do século XVIII se voltaram para Alagoas como o centro exportador de madeiras específicas para construção naval? Para os oficiais que se envolveram com a administração das matas esse deslocamento ocorreu devido ao esgarçamento dos recursos naturais nessas localidades. As atividades madeireiras em Salvador e Recife, ao que tudo indica, intensificou o desbastamento das matas de suas cercanias, tornando-se cada vez mais distantes as áreas onde encontra-las. Como escreveu José Vicente da Silva, escrivão da ouvidoria geral da Comarca, D. Fernando José de Portugal exigiu madeiras das Alagoas “por se não acharem madeiras de Liames em

¹² AHU, AL, av, Cx.03, doc, 253.

todas as Matas daquela Capitania para semelhantes construções”. A mesma impressão foi registrada sobre as demandas do governador de Pernambuco pois, por “não haverem em outra parte desta capitania, a Exceção de alguns poucos paus na comarca da Paraíba”, recorria as florestas das Alagoas.

A centralidade que a Comarca das Alagoas ocupou intermediando a produção de madeiras destinadas aos estaleiros, cujo objetivo era de fabricar as embarcações da Coroa, deu oportunidade a José de Mendonça e os beneficiadores de madeiras de lucrar com as altas demandas. No caso específico do ouvidor, em 1796 os habitantes da Comarca enviaram um documento ao Conselho Ultramarino contendo um conjunto de queixas contra o magistrado. Entre essas denúncias encontra-se um relato sobre a maneira que José de Mendonça de Matos Moreira lucrava ilegalmente com o negócio da matéria lenhosa.

Segundo a representação dos habitantes da Comarca,

São indizíveis os vexames que tem causado com a extração das Madeiras para o Serviço de Vossa Majestade; e talvez que de outras muitas com o mesmo título, sendo incalculáveis os interesses que têm percebido das mesmas; por que não seria necessário obrigar aos Empreiteiros a esse trabalho, se prontamente lhe pagasse á proporção do seu valor; porem tudo é pelo contrário, pois que até na Bahia conota, que a Casa da Fazenda tem pago todo o importe delas, e que muitos dos obreiros se acham por embolsar do que se lhes deve, obrigando-se a aquelas Pobres, até a passar Recibos de pago, sem terem Recebido, e o que mais. Sé dar-se as madeiras duas avaliações; Uma de fatura por parte dos Empreiteiros quando Eles se conduziam[?] ao Porto; e outra mais vantajosa quando têm de se embarcar por conta de Vossa Majestade; ficando para o dito Ouvidor a diferença de preço a preço, e se não digam o Capitão Manoel Fernandes Prado, e Antônio Teixeira, que recebam o cinquenta, ou Sessenta reis pelas aduelas, que depois vão embarcadas para Pernambuco por cento e sessenta reis, ou por mais.¹³

Essa manobra pode ser visualizada no ofício emitido pelo tabelião de Porto de Pedras, Manoel Caetano da Silva, sobre a economia praticada pelo juiz conservador. Segundo Caetano da Silva, na

compra dos champrões, ou grande Taboado de vinhático que não sendo possível aos fabricantes da Ribeira de Una, e Jacuípe fazê-los por menos de oitenta mil reis cada dúzia, o referido Ministro com a eficácia com que

¹³ AHU, AL, av, Cx. 03, doc, 260.

se emprega no Real Serviço, consegui construí-los, a quarenta e cinco, e cinquenta mil reis, a dúzia, não sendo menor a economia com que fês executa.¹⁴

Percebe-se que o valor da dúzia de madeiras de vinhático ficou quase pela metade do preço que os beneficiadores comercializavam no norte da Comarca. O interessante desse esquema denunciado pelos habitantes da Comarca é que José de Mendonça em momento algum lesionou diretamente os negócios da Coroa portuguesa. Pelo contrário, ao mesmo tempo que garantia as encomendas dos governadores enviando madeiras, aproveitava-se das negociações para obter lucros pessoais.

6. Considerações finais

As madeiras da Comarca das Alagoas, território até 1817 administrado pela Capitania de Pernambuco, compunham um dos artigos mais comerciáveis dos séculos XVII e XVIII. A reconstrução de Lisboa depois do terremoto de 1775 e o fortalecimento da Marinha Real com a emergência dos conflitos bélicos deflagrados pela instabilidade diplomática na Europa, careciam de madeiras de primeira qualidade. Alagoas foi esse armazém natural de onde Portugal e outros reinos encontraram fatura *fês* que garantisse o abastecimento interno das metrópoles e do comércio.

Não obstante é salutar destacar que os poderes metropolitanos não foram os únicos a praticar a derrubada em larga escala. Os produtores de açúcar do final do setecentos, impulsionados pela crescente demanda do mercado açucareiro pelo declínio do açúcar caribenho (afetado pelo levante dos negros na década de 1790) utilizavam a madeira como combustível para as moendas. Assim, o aumento da demanda consequentemente exigia um aumento na produtividade que, diga-se de passagem, exigia uma quantidade de madeiras além do que já era utilizado.

Outro ponto importante é o incentivo à produção agrícola feita pelos altos funcionários da administração central, como o já mencionado D. Rodrigo de Sousa

¹⁴ *Idem*.

Coutinho, que via na agricultura uma ferramenta de desenvolvimento e progresso de Portugal. Com tais incentivos os agricultores devastavam quantidades exorbitantes de vegetação, de modo que na época, os solos virgens somado as cinzas eram mais férteis do que a terra já cansada de várias safras. Por isso, uma vez improdutivos, os agricultores caçavam novas terras e estabeleciam seus plantios.

Portanto, a Conservadoria das Matas pode ser enxergada como uma instituição que emergiu de demandas políticas e econômicas que extrapolavam os interesses pessoais dos funcionários envolvidos no seu funcionamento. Por outras palavras, sua criação e funcionamento não derivou dos projetos políticos pessoais de José de Mendonça ou até mesmo do governador D. Tomás José de Melo. Apesar de que esses funcionários, principalmente Matos Moreira, ter aproveitado a oportunidade de aplicar as lógicas de concessão de mercês através dos bons serviços, o controle das madeiras foi um dos vários sintomas de um Império Ultramarino centralizado, que em fins do XVIII buscou a ferro e a fogo controlar suas possessões.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Revista Fronteiras**, vol. 10, n. 17, jan./jun. Dourados, MS, 2008.

ANDRADE, Juliana Alves de. **A Mata em Movimento**: Coroa portuguesa, Senhores de Engenho e Homens livres e a produção do espaço da Mata norte de Alagoas. Dissertação (Mestrado em História), UFPB, 2008.

Arquivo Histórico Ultramarino, Alagoas Avulsos. Cx. 03. doc. 248; Cx. 03. doc. 250; Cx. 03. doc. 249; Cx. 03. doc. 254; Cx. 04. doc. 270.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco. Cx. 162, doc. 11625; Cx. 192, doc.13225.

CABRAL, Diogo de Carvalho e CESCO, Susana. Árvores do rei, floresta do povo: a instituição das 'madeiras-de-lei' no Rio de Janeiro e na ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial. **Luso-Brazilian Review**, vol. 44 n° 2. Wisconsin, 2007.

CARVALHO, Marcus de. A Mata Atlântica: os Sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs XVII e XIX. **Revista Clio** –Revista de História [25-2]; 2007.

DIAS, Marcelo Henrique. **Farinha, madeiras e cabotagem**: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial. Ilhéus-BA: Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2011.

FILHO, Oswaldo Munteal. A Academia Real de Ciências de Lisboa e o Império colonial ultramarino. In: **Diálogos oceânico**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. FURTADO, Júnia Ferreira (org). Belo Horizonte: ed UFMG, 2001.

FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: **Microfísica do poder**. 13º. ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada**: rebeliões de pobres nas matas do tombo real. -2 ed. rev.- Maceió: Edufal, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NEVES, Guilherme Pereiras das. Repercussão, no Brasil, das reformas pombalinas da educação: o seminário de Olinda. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (RIHGB)., Rio de Janeiro, a. 150, nº 401, pp. 1565-1927, out/dez. 1998.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Editoria Jorge Zahar, 2004.

PEDROSA, Lanuza Maria Carnaúba. De Ouvidor-Geral a Conservador das Matas: estratégias políticas e econômicas de José Mendonça de Matos Moreira (Comarca das Alagoas, 1779-1798). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org). **Alagoas Colonial**: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

POMBO, Nívia. **Dom Rodrigo de Sousa Coutinho**: Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812). São Paulo: Ed – HUCITEC, 2015.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarina**: monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, Henrique Nelson da. **O paradoxo do trabalho**: o corporativismo artesanal e as trajetórias de vida dos oficiais mecânicos, século XVIII. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2018.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das letras, 2010.